



ONTOLOGIA E CULTURA: O HIP-HOP COMO PROCESSO DE FORMAÇÃO À LUZ DO CONCEITO DE *BILDUNG* EM HEGEL

ONTOLOGY AND CULTURE: HIP-HOP AS A PROCESS OF FORMATION IN THE LIGHT OF HEGEL'S CONCEPT OF *BILDUNG*

Isla Rebeca de Lima Monteiro

Graduanda em Filosofia na UFPB

Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-UFPB)

islapsic@gmail.com

Wécio Pinheiro Araújo

Doutor em Filosofia pelo Programa de Doutorado Integrado UFPE/UFPB/UFRN

Professor do Departamento de Serviço Social da UFPB

wecio.araujo@academico.ufpb.br

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir do conceito hegeliano de *Bildung*, a questão do hip-hop como processo de formação de um determinado sujeito político na sociedade contemporânea. O ponto de partida está na compreensão crítica do hip-hop como uma cultura que ganha sentido a partir de um *ethos* de raça e classe, que reflete o processo de formação de um determinado sujeito e como ele se reconhece e é reconhecido na experiência da vida em sociedade. De maneira mais específica, essa linguagem se expressa por meio de quatro elementos fundamentais: o RAP, o DJ, o Break e o Grafite. Conforme é possível constatar nesta exposição, os primeiros resultados da pesquisa permitem iniciar a formulação de uma chave de leitura para pensar o hip-hop não somente como um gênero musical, mas sobretudo como uma forma de indivíduos negros e marginalizados vivenciarem subjetivamente o conteúdo das relações sociais que constituem a experiência política da vida em sociedade, a partir da formação de um sujeito determinado sumariamente por uma identidade de raça e de classe social.

This article aims to analyze, based on the Hegelian concept of *Bildung*, the question of hip-hop as a process of formation of a particular political subject in contemporary society. The starting point is a critical understanding of hip-hop as a culture that gains meaning from an ethos of race and class, which reflects the process of formation of a particular subject and how it recognizes itself and is recognized in the experience of life in society. More specifically, this language is expressed through four fundamental elements: RAP, DJ, Break, and Graffiti. As can be seen in this exhibition, the initial results of the research allow us to begin to formulate a reading key for thinking about hip-hop not only as a musical genre but above all as a way for black and marginalized individuals to subjectively experience the content of the social relations that make up the political experience of life in society, based on the formation of a subject determined summarily by an identity of race and social class.

Keywords: Hegel, *Bildung*, Hip-hop.

Palavras-Chave: Hegel, *Bildung*, Hip-hop.

1. Introdução

O objetivo desta exposição é compartilhar os resultados parciais de um dos planos de trabalho vinculados ao projeto *Ontologia e política em Hegel: a relação entre o trabalho e a linguagem na formação da consciência e da vida ética* (PIBIC/UFPB/CNPq)¹. De maneira mais específica, o plano de trabalho da pesquisa em questão – que dá nome a este artigo – visa analisar filosoficamente o fenômeno cultural do hip-hop como processo de formação de um sujeito político na experiência da vida em sociedade sob uma perspectiva ontológica socialmente determinada e historicamente condicionada, situada a partir do conceito hegeliano de *Bildung* – que em alemão pode ser traduzido como “formação cultural”. Para isto, partimos da hipótese de que o hip-hop pode ser compreendido como uma linguagem que ganha sentido na vida cultural de uma determinada comunidade, produzida a partir de um *ethos* de raça e classe, que reflete o processo de formação de um sujeito político que se reconhece e é reconhecido na experiência da vida em sociedade por meio de quatro elementos fundamentais, que são utilizados para expressar as ideias que definem esta linguagem: o RAP, o DJ, o Break e o Grafite².

É importante pensar o hip-hop não somente como um gênero musical ou um produto artístico, mas também, e sobretudo, como uma forma de determinados indivíduos vivenciarem o conteúdo das relações sociais enquanto sujeitos políticos na experiência da vida em sociedade. Este processo se expressa na forma de ideias que se traduzem em uma linguagem com um sentido próprio, que reflete uma identidade de raça e de classe social, por meio da qual ocorre o reconhecimento mútuo desses indivíduos, de modo a produzir um sujeito coletivo. Essas ideias, ao mesmo tempo que são produzidas por estes indivíduos – em sua maioria negros e marginalizados –, também os produzem e os formam como um sujeito político, que se reconhece e se afirma na experiência social por meio da identidade de raça e de classe social. Em termos hegelianos, como *Bildung*, o indivíduo que faz o hip-hop é também (re)feito por ele, ou seja, o sujeito que trabalha é também trabalhado – e este é o ponto que focamos nesta exposição.

¹ Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/UFPB/CNPq).

² Palavra que tem sua origem no italiano *graffiti*, plural de *graffito*, que diz respeito às inscrições feitas em paredes de espaços públicos e privados durante o Império Romano. No tempo presente, o termo é utilizado para se referir à arte de rua (*Street Art*), que envolve desde as pichações até produções mais elaboradas espalhadas pela cidade.

2. Cultura como formação: fundamentos para uma crítica social de base ontológica

Assumimos a ontologia como uma exposição ordenada dos caracteres fundamentais do ser que a experiência (*Erfahrung*) revela de modo repetido e constante (devir) no processo de formação (*Bildung*) dos indivíduos enquanto sujeitos na vida em sociedade. Esta perspectiva está ancorada no conceito de trabalho (*Arbeit*) enquanto caractere fundamental do ser humano socialmente determinado e historicamente condicionado como sujeito que produz seu próprio mundo ao mesmo tempo que, neste processo, é produzido por ele. Assim, este sujeito define-se também culturalmente e politicamente como autoprodução de maneira repetida e constante, de modo que historicamente se constitui coletivamente como sociedade nas suas diversas formas históricas de sociabilidade.

A partir de Hegel, assumido como uma ontologia do sujeito, seja na sua forma social como atividade consciente objetiva, seja na sua forma lógica como agir intencional do conceito, o trabalho produz realidade carregada de conhecimento, de saber e de cultura, processo que dota esta própria realidade de racionalidade, característica que a define essencialmente como realidade humana. Neste contexto, assumimos o conceito hegeliano de *Bildung* entendido não apenas como “cultura” de modo estático e finalizado, mas também como “formação”, a partir da concepção hegeliana encontrada na *Fenomenologia do Espírito* de que “o trabalho forma” – em alemão: „*Die Arbeit bildet.*“ (HEGEL, 2008, p. 150).

O conceito hegeliano de *Bildung* permite-nos compreender que a ação humana, enquanto atividade consciente objetiva fundada no e pelo processo de trabalho, não se refere apenas à produção de objetos materiais, mas sobretudo produz cultura na forma de relações que formam e educam socialmente o indivíduo, estabelecendo assim uma verdadeira ontologia social enquanto uma ontologia do sujeito que tem seu pressuposto central no fato social de que o trabalho forma (*bildet*).

O trabalho [...] é desejo refreado, um desvanecer contido, ou seja, o trabalho forma (*bildet*). A relação **negativa** para com o objeto torna-se a forma do mesmo e algo permanente, porque justamente o objeto tem independência para o trabalhador. Esse **meio-termo negativo (negative Mitte) ou agir formativo (formirende Thun)** é, ao mesmo tempo, a singularidade, ou o puro ser-para-si da consciência, que agora no trabalho se transfere para fora de si no elemento do permanecer; a consciência trabalhadora, portanto, chega assim à intuição do ser independente, como [intuição] de si mesma. [...] Assim, precisamente no trabalho, onde parecia ser apenas um sentido alheio, a consciência, mediante esse reencontrar-se de si por si mesma, vem-a-ser sentido próprio (HEGEL, 2008, p. 150-151, grifos nossos).

Este processo de formação (*Bildung*) disparado ontologicamente no e pelo trabalho implica sempre em acúmulo de saber de modo simultaneamente quantitativo e qualitativo, e

este último aspecto é aquele capaz de produzir transformações no próprio ser humano enquanto sujeito socialmente determinado e historicamente condicionado. Isto inclui não somente coisas materiais, mas sobretudo relações sociais dotadas de “espírito” (*Geist*), enquanto razão imanente na forma de saber não apenas teórico (também religioso, científico, político, artístico etc.), mas sobretudo como *práxis*, na forma de ideias que se expressam produzindo linguagens e práticas discursivas, isto é, cultura, a exemplo do hip-hop.

Na língua alemã, apesar de existir o termo *Kultur* para se referir à totalidade das realizações mentais, artísticas e criativas de uma comunidade como expressão do desenvolvimento humano, a palavra utilizada para dizer “cultura”, no sentido de formação social em movimento (*Bewegung*) que educa e modela o indivíduo, é *Bildung*, pois esta carrega o sentido mais profundo de “formação cultural” como “cultivo de si”, isto é, da cultura como algo em movimento. Segundo Inwood (1997, p. 85), para dizer “educar” e “educação”, o alemão também utiliza, respectivamente, *bilden* e *Bildung*, que enfatizam o resultado da educação como cultura que forma socialmente o indivíduo e, portanto, enquanto sujeito histórico, a humanidade passou e ainda está passando por um longo processo de formação, leia-se, educação que se manifesta nas diferentes culturas (*Bildungen*). De acordo com Nicolau (2019, p. 30), *Bildung* é um substantivo

[...] oriundo do verbo *bilden*, ação que durante a média história alemã, trazia em si o duplo sentido das variáveis próprias do alemão antigo: *bilden*, que significava dar forma (*Gestalt*) e essência (*Wesen*) a algo, e *bilden*, que significava imitar uma forma [...]. A esse sentido de criação e fabricação de algo será acrescido os de *einbilden*, cunhar a alma, e *ausbilden*, colocar em uma imagem, ambos oriundos da mística medieval, o que daria a *Bildung* tanto um sentido de formação da imagem exterior quanto da imagem interior, ou mesmo da inter-relação das mesmas.

Bildung constitui-se como um conceito complexo e abrangente, de maneira que uma possível tradução capacitada para abranger todo seu sentido foi pensada por inúmeros autores durante os séculos, ganhando notoriedade dentro do pensamento iluminista no século XVIII. Neste conceito, é encontrada uma essência sociopolítica e, segundo o pensamento iluminista, era vista tanto como processo de desenvolvimento humano como um todo, assim como de maneira mais específica como de muita importância para o processo educacional, pois “[...] a educação possibilita e capacita o sujeito a conseguir determinar sua vida de forma autônoma, superando as condições de fragmentação nas quais está inserido” (NICOLAU, 2019).

Nicolau destaca ainda que *Bildung* é também pensado por pedagogos como J. H. Campe (1746-1818), que investigou como uma reforma pedagógica poderia culminar no aperfeiçoamento (*Ausbildung*) e formação cultural (*Bildung*) dos cidadãos (2019, p. 29). A partir

desse sentido de *Bildung* como formação cultural, surge, segundo Nicolau (2019), a tentativa mais satisfatória de tradução para o termo alemão *Bildung*.

Traduzir a *Bildung* como uma formação cultural é uma proposta que garante sua complexidade, pois é revestida por um significado duplo, a saber: o ideal pedagógico formativo assentado em solo institucional, cultural, e o ideal de um autocultivo, não necessariamente atrelado a uma instituição formativa. [...] Não é apenas o resultado final de um processo pedagógico (apreensão do conhecimento acumulado culturalmente), mas o próprio processo de formação do homem em sua totalidade, do processo de *tornar-se o que se é*, daí sua identidade com o ideal hegeliano, exposto no Prefácio à Fenomenologia, de que “a verdade não se encontra no resultado, mas em seu devir” (NICOLAU, 2019, p. 32-33).

Leia-se “devir” como processo, ou ainda, aquilo que está sempre em movimento (*Bewegung*). Portanto, o termo *Bildung* tem um caráter processual, ou seja, tem na sua dimensão intraduzível a constituição do indivíduo que se autoproduz enquanto produz sua realidade. É justamente por isso que nos atentamos em nossa pesquisa para a utilização desse termo como Cultura, tomando *Bildung* em toda sua complexidade como também resgatando o seu significado encontrado na filosofia hegeliana, que pensa essa palavra como “um processo de devir humano [...] mediante o qual o indivíduo natural torna-se um ser culto, formado, educado e civilizado” (2019, p. 33). Nicolau (2019, p. 35) chama atenção para o fato de Hegel ter sido o pioneiro de uma aproximação entre a formação dos indivíduos e o contexto social no qual estavam inseridos, convertendo o projeto iluminista de elevar o indivíduo a uma maioria da razão a uma autoconscientização socialmente determinada e culturalmente condicionada. Neste sentido, o conceito de *Bildung* assume a conotação de um processo de socialização e politização, perspectiva que continua sendo atual ao se pensar na formação social humana. Para Hegel, esta formação deve conduzir o indivíduo ao reconhecimento de si enquanto cidadão portador de uma vontade consciente e livre, ou seja, enquanto sujeito político na experiência da vida em sociedade como uma vida ética.

Sob essa chave de leitura, cabe ratificar que nosso ponto de partida ontológico é social e está situado precisamente no fato de que o trabalho não se reduz a um processo de produção de mercadorias, mas consiste também em um processo de produção de sociabilidade e, consequentemente, de uma cultura viva que forma e educa o sujeito em suas formas subjetivas de vivenciar o conteúdo da experiência social por meio da ideia. Conforme esclarece Araújo (2021, p. 465):

Aprendemos com Hegel que a capacidade de vivenciar a realidade por meio da ideia é aquilo que distingue os seres humanos dos animais. Neste sentido, o ser humano coloca-se no mundo como um sujeito produtor de ideias que se materializam na forma de objetos e práticas sociais que se realizam sendo ditos – o que revela também a importância da linguagem. Todo este processo tem seu fundamento ontológico objetivo no trabalho, e por este motivo defendeu Hegel

que “o trabalho forma” (*Die Arbeit bildet*) no sentido da formação (*Bildung*) enquanto processo de produção de cultura que educa e modela o sujeito em seus processos de subjetivação; pois, para ele, o trabalho não produz apenas valores de uso em sentido material, mas produz sobretudo cultura, e, neste sentido, a consciência mostra-se como uma fábrica de ideologias.

A realidade hegeliana do Espírito (*Geist*), da ideia e do saber, não tem existência *per se* acima dos indivíduos, muito pelo contrário, para ganhar existência, esta realidade depende dos indivíduos concretos enquanto sujeitos na história; ou seja, o Espírito é sempre espírito de um povo, de uma época, de uma comunidade, e isto envolve e se manifesta pela vida cultural dessa comunidade ou desse povo enquanto sociedade. O Espírito não é uma entidade que paira em volitação sobre a realidade humana, mas se trata de um produto social que somente se realiza no movimento da *Bildung*, estabelecido entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais e, de outro, a forma como estas relações são vivenciadas pelos indivíduos enquanto sujeitos na experiência da vida em sociedade, que ao nível da sua filosofia política, Hegel sistematizou nos três momentos que compõem a vida social concreta: família, sociedade civil e Estado³ – momentos nos quais podemos situar identidades como raça e classe social, nascedouros do hip-hop.

Segundo Eagleton (2011), os significados originais da palavra cultura estão ligados à “lavoura” ou ao “cultivo” daquilo que cresce naturalmente. Com isto, ele destaca que a cultura, em uma primeira análise etimológica, possui um significado completamente material, que mais tarde foi metaforicamente transferido para questões do espírito (Eagleton, 2011, p. 10). Neste contexto, a raiz da palavra cultura é *colere*, que significa “cultivar”, “habitar”, “adorar” e “proteger”. *Colere*, palavra vinda do latim *cultus*, culmina no termo religioso “culto”. “Habitar” evolui do latim *colonos*, que contemporaneamente remete ao termo *colonialismo*. Ou seja, na apreensão de seu significado, vemos que cultura possui dois lados: um que denota um peso religioso, pois as culturas existem por meio de um cultivo de suas próprias verdades; e, por outro lado, designa “ocupação e invasão”, pois é como o termo *colonialismo* é conhecido (EAGLETON, 2011, p. 11).

Eagleton identifica ainda que a palavra cultura carrega no mínimo duas propostas dialeticamente intermutáveis: a primeira apropriada do significado original da cultura como cultivo que, portanto, remete a uma atividade de cultivar, cuidar para garantir o desenvolvimento natural de algo e, neste sentido, refere-se a uma dialética entre o artificial e o natural – “entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz” (EAGLETON, 2011,

³ Momentos para o qual o Espírito irá corresponder também à vida ética de um povo, que Hegel chamou de sistema de eticidade (*Sittlichkeit*); Cf. Araújo, 2020.

p. 11). Já a segunda virada dialética está no fato de que a cultura transforma a natureza pelos meios culturais que são, também, derivados da natureza, ou seja, “A natureza produz cultura que transforma a natureza” (EAGLETON, 2011, p. 12).

Observando essas duas formas de natureza, uma sendo, logicamente, a natural, enquanto a outra — entendida como cultura — é o resultado da transformação desta primeira, destaca Eagleton (2011) que a própria cultura sugere tanto uma regulação quanto um crescimento espontâneo, pois não funciona sem ter um caráter regulador e moderador, assim como não se prende totalmente a regras, mas sim exibe uma ideia de liberdade em ambas. Dessa forma, a ideia de cultura primeiramente exposta pelo autor, “[...] significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia de espírito, por outro” (EAGLETON, 2011, p. 14).

Nessa perspectiva, é garantido o importante papel da relação entre natureza e cultura, enquanto garantia da formação do indivíduo a partir do seu meio social – conforme já destacamos a partir da ontologia hegeliana. Todavia, ainda segundo Eagleton, há outra maneira de cultivo que, ao invés de feito por nós a nós mesmos, é o cultivo feito para nós, pelo Estado. É por meio deste que o antagonismo presente na sociedade civil pode ser unificado de maneira que as divisões encontradas podem se tornar “harmoniosamente reconciliadas” (2011, p. 16). Porém, esse Estado não pode ser algo que não esteve presente como atividade nessa sociedade civil “[...] aplacando seus rancores e refinando suas sensibilidades, e esse processo é o que conhecemos como cultura” (2011, p. 16).

Portanto, é se pondo no processo de cultura que o Estado cumpre seu papel como unificador das diversidades encontradas nesses indivíduos em suas formas de sociabilidade. Nesta direção, segundo Eagleton (2019, p. 18): “A cultura é uma espécie de pedagogia ética que torna os sujeitos aptos para a cidadania política através da libertação do *eu* ideal ou o *coletivo* sepultado em cada um de nós, um eu que encontra sua suprema representação suprema no domínio universal do Estado”.

Porém, o autor não acredita na sobreposição da cultura frente à política, pois, para Eagleton, “são os interesses políticos que, geralmente, governam os culturais, e ao fazer isso definem uma versão particular de humanidade” (2019, p. 18). Neste sentido, a cultura apresenta um papel essencialmente político de incorporar a unidade da diversidade na experiência da vida em sociedade.

Assim, podemos formular uma ligação entre, de um lado, o que é elucidado por Eagleton (2011) e, de outro, o destaque do trabalho como formador da consciência dado por Araújo (2020), visto que o trabalho funda historicamente o processo de formação do sujeito

como produtor de cultura. Neste aspecto, essa chave de leitura permite-nos compreender o ser como um sujeito formado (e deformado) a partir de como os indivíduos vivenciam o conteúdo das relações sociais que constituem a experiência da vida em sociedade na e pela cultura enquanto um processo de formação (*Bildung*) socialmente determinado e historicamente condicionado. Sobre isso, diz Araújo (2020, p. 168):

[...] o conceito de trabalho, tal como apresentado por Hegel, desde os escritos da juventude – a Filosofia Real e O Sistema da Vida Ética – até a Fenomenologia do Espírito e a Filosofia do Direito, carrega uma mediação não somente econômica, mas sobretudo filosófica (ontológica), ético-política (moral) e cultural. Isso fica evidente à medida que se comprehende como, para Hegel, o trabalho forma (*bildet*) a consciência (*Bewusstsein*), não apenas quanto ao conteúdo (*Inhalt*) daquilo que o mesmo produz, mas também na forma (*Form*) como a consciência vivencia subjetivamente este conteúdo objetivo na sua realidade, individualmente e em sociedade, enquanto produto da sua própria atividade. Isto põe o processo de trabalho como fundamento ontológico de toda experiência humana e de todo o *ethos*.

Sob a perspectiva de uma ontologia do sujeito consignada à filosofia hegeliana, vejamos como fica a questão do movimento hip-hop analisado como formação cultural de um sujeito político.

3. A origem social do hip-hop como *ethos* de formação de um sujeito de raça e classe

O hip-hop surge como uma manifestação cultural decorrente da indignação de jovens norte-americanos negros e desfavorecidos economicamente que, a partir desse *ethos* de raça e classe, une música, artes plásticas, dança, grafite etc., para expressar suas ideias e amplificar uma ideologia própria nas formas de vivenciar o conteúdo da experiência social no campo da cultura e, a partir disto, produzir uma linguagem e uma identidade próprias, movida eminentemente pela expressão artística que se materializa nos quatro elementos enquanto práticas discursivas de natureza artística: *rap*, DJ, Break e grafite.

O hip-hop tem sua origem em South Bronx, uma área do bairro do Bronx em Nova York, que nos anos 60, com seus ocupantes sendo majoritariamente da classe trabalhadora, sofre eventos que aceleram a decadência dessa área e corroboram com as bases para o surgimento do que hoje conhecemos como um dos mais novos integrantes do *mainstream*: o *rap*.

Segundo Borri (2015, p. 50), o hip-hop “nasce em um cenário norte americano envolto pela crise do petróleo que gerou muito desemprego, a corrida armamentista – guerra

fria –, o desequilíbrio ecológico e, ao mesmo tempo, a consolidação e a expansão do consumismo”. Dentre esses fatores econômicos e demográficos, um dos principais é a construção de uma via expressa, conhecida como *Cross Bronx Expressway*. Este empreendimento foi responsável pelo aumento do deslocamento populacional, atingindo pessoas que possuíam negócios locais. Com o deslocamento expressivo dessa população, vê-se surgir uma alta na criminalidade, que teve como consequência a desvalorização das propriedades nessa área do Bronx.

É nesse contexto que o movimento do hip-hop surge em meados dos anos de 1970 em Nova Iorque, contendo em si variações de manifestações artísticas, como uma subcultura nas ruas das periferias do South Bronx. O movimento ganha visibilidade nas festas organizadas pelos jovens dessa área, animada pelos DJ's que produziam a “fusão de vários ritmos africanos como: o spiritual, o blues, o Soul, o reggae e o funk” (Gomes, 2009, p. 5), e que deram espaço para o surgimento dos MC's - figuras que falam de forma ritmada em cima de uma batida e criam o que hoje é conhecido como *rap* (*Rhythm and Poetry*). Nestes espaços também se populariza o *break dance* — dança quebrada e robótica —, e por fim o grafite enquanto expressão plástica de uma estética de rua.

A junção de seus quatro principais elementos foi proposta por Afrika Bambaataa, apontado por muitos fãs e pesquisadores como principal idealizador que pregava a união entre os adeptos das diversas manifestações do movimento, é o fundador da primeira organização social a trabalhar com esse tipo de cultura: a Universal Zulu Nation. Também é considerado o responsável por criar o termo hip-hop (SEM AUTOR, 2015, p. 1).

O DJ, cantor, compositor e produtor musical estadunidense, Afrika Bambaataa, cria a ONG de promoção cultural Universal Zulu Nation, guiada pela ideia de, por meio da cultura e da arte, contribuir com a diminuição da violência nas ruas dessa área do Bronx e, juntamente com o DJ Kool Herc, garantem o crédito de serem os principais responsáveis pelo crescimento inicial do hip-hop. A princípio o *rap* era “[...] apenas uma maneira de entreter e cativar o público para a discotecagem, animando os frequentadores das festas” (HIP-HOP ORIGENS, 2015, p. 3). Porém, torna-se, para além de divertimento, também um meio de expressão e voz contra as adversidades políticas e sociais enfrentadas pela população das periferias do South Bronx. De acordo com Vania Fialho e Juliane Araldi:

Em busca de alternativas de vida, jovens artistas da comunidade começaram a promover festas comunitárias estimulando diferentes expressões artísticas, por meio de batalhas, envolvendo a dança, a rima, a performance em toca-discos e o grafite. Essas festas culminaram em campeonatos os prêmios variavam desde bonés, camisas, tênis, comida, mochila até a conquista de território para moradia. Desses batalhas artísticas originou-se o hip hop, que significa movimentar os quadris, composto por quatro elementos: MC, DJ, grafite, break (FIALHO; ARALDI, 2009, p. 1).

Segundo Fialho, “[...] mais que diversão e moda, o hip-hop constitui-se em um movimento antiviolência, antidrogas e anti-exclusão. Esses jovens lutavam pela ascendência do negro que estava em uma situação de exclusão econômica, educacional e racial. Através de atividades culturais e artísticas, buscava refletir e transformar a realidade em que viviam” (2008, p. 2).

No Brasil, a chegada do hip-hop surge no país em meados de 1980, em um contexto histórico que abrange o fim de uma ditadura civil militar que durou de 1964 a 1985, bem como “[...] a emergência de lutas sociais e manifestações como as ‘Diretas Já’, [e] conquistas democráticas como a Constituição Federal de 1988” (BORRI, 2015, p. 56). Foi através das danças vistas em filmes e bailes *blocks*, tocando Soul e Funk, que garantiram que esse novo estilo começasse a ser divulgado no Brasil, lotando clubes e discotecas principalmente de negros da periferia (BORRI, 2015, p. 57).

Nelson Triunfo – músico e dançarino de Soul e *break* brasileiro – foi um dos principais nomes dessa época para o desenvolvimento desse estilo de dança, que se aproxima do *break*, mas ganha características próprias do Brasil. Ele defende em um depoimento para a revista *Sportwear*, de que ainda que sob influência do *break* feito no Bronx, o *break* brasileiro também busca elementos culturais de danças como a capoeira e das danças afro-brasileiras.

A Estação São Bento, localizada em São Paulo, também é considerada por muitos como o local que iniciou o processo de corpo e identidade para o hip-hop no Brasil (BORRI, 2015, p. 58), e não foi imediatamente que o movimento hip-hop ganhou uma função social, por ser, em seu início, focado unicamente no *break*, e por conta disso, a Estação São Bento foi se tornando, aos poucos, um ponto de produção e difusão cultural do hip-hop.

Desse modo, o movimento do hip-hop torna-se ferramenta ativa para as manifestações dos jovens periféricos — em sua maioria negros —, nos EUA (Bronx) e no Brasil, de modo que esses indivíduos desenvolvem práticas discursivas para expressar sua identidade e sua realidade enquanto sujeitos políticos na experiência da vida em sociedade. Com uma linguagem própria e identitária que incorpora sua realidade social de diversas formas culturais, políticas, estéticas etc., é possível identificar no hip-hop a formação cultural de um sujeito político que se projeta e se reconhece em sociedade por meio de elementos políticos de raça e classe. Ainda com relação ao início desse movimento nos Estados Unidos, Fialho expõe o seguinte:

Simultaneamente as expressões artísticas, foram constituindo também um jeito único de se vestir, falar e de se comportar. Começaram a tomar uma “atitude” frente ao tumulto urbano em que viviam. Começaram a denunciar nas letras das

músicas as condições precárias do bairro. A noite quando Nova Iorque dormia, iam as estações de metrô e grafitavam os trens de ferro com suas mensagens e pedidos de socorro. Pela manhã os trens levavam os outdoors da periferia para o centro da cidade (FIALHO, 2008, p. 2).

Desde então, o hip-hop como movimento cultural de um sujeito político de raça e classe começou cada vez mais a representar a autovalorização do povo periférico, composto em sua maioria pelo povo negro. Torna-se uma ferramenta de resistência e de crítica às relações sociais que discriminam esse sujeito periférico, produzindo exclusão social, a partir de uma relação de dominação social na qual uma classe social dominante, que não reconhece o “outro” — sendo este o indivíduo negro e periférico — como merecedor de protagonismo na experiência da vida em sociedade.

Frente a isso, temos um indivíduo estranhado de sua própria condição social como sujeito político pertencente à experiência social que lhe é negada, fazendo com que ele, à medida que se descobre como ser ativo em sociedade, busque no contexto em que vive e está inserido uma práxis artística (também política e social) capaz de produzir uma experiência que possa refletir a sua cultura como um *ethos* que também faz parte da própria sociedade que o exclui. Em termos ontológicos, sobre essa experiência, podemos dizer:

[...] na visão ontológico-dialética de Hegel assim como compreendemos, o sujeito é revelado não apenas como o ser que percebe a realidade em seus fenômenos, mas sobretudo como o ser que se reconhece na realidade enquanto obra que a sua própria atividade (*Tätigkeit*) lhe dá como experiência (*Erfahrung*) vivenciada no e pelo agir; numa palavra, trata-se de conceituar o ser como autoatividade.” (ARAÚJO, 2020, p. 5).

É sob essa embocadura filosófica que analisamos o sujeito formado no e pelo hip-hop enquanto *Bildung*. Um sujeito coletivo que se produz de forma ativa e sempre em processo, criando uma experiência cultural própria, capaz de educar e politizar por meio da arte e da cultura, e assim, com base nos seus quatro elementos (*Rap*, *Dj*, *Break* e *Grafite*), formas distintas e complementares de gerar reconhecimento àquela comunidade que ainda se mostra em algum aspecto estranhada de si mesmo. Em outras palavras, o hip-hop proporciona a transformação de indivíduos alienados acerca da sua própria realidade e seu devir em sujeitos coletivos politicamente ativos na experiência da vida em sociedade.

A força social e política da arte e como ela se expressa no processo de formação cultural do hip-hop revela-se em todas as atividades expressivas e de linguagem característica do ser humano: cria movimentos corporais próprios com sua dança que estimula a valorização do corpo como algo a ser apreciado e tomado como o que, já em seu cerne, é arte; se expresso na música de forma escrita e ritmada, tanto em suas composições quanto no puro *festyle*, que também deve ser valorizado como uma arte da linguagem falada que

reverencia as ideias de resistência e denúncia inerentes à realidade do hip-hop através do *rap*; e, por fim, também se expressa nas artes plásticas por meio de uma estética imagética materializada no grafite e seu símbolos espalhados pelas ruas dos centros urbanos.

Portanto, o hip-hop, enquanto movimento político-cultural, está intrinsecamente ligado ao seu processo de formação cultural no contexto da experiência social historicamente determinada que o produziu. Trata-se de um movimento não apenas artístico, mas também político e cultural, marcado pelas lutas e resistências de um sujeito político de raça e classe, sendo ele próprio consequência desses problemas que se constituem na sociedade civil.

O movimento do hip-hop nasce a partir de uma experiência social específica, formada culturalmente por indivíduos periféricos, em sua maioria negros, que buscam uma forma de externalizar seu eu subjetivo e individual em uma experiência objetiva e coletiva de um sujeito político que se materializa e se expressa na cultura hip-hop.

Considerações finais

Enquanto processo de formação cultural, o hip-hop manifesta-se com uma linguagem própria, decorrente de um processo criativo socialmente determinado pela forma que os indivíduos de determinada raça e classe vivenciam o conteúdo da sua experiência da vida em sociedade. Neste processo, uma característica essencial é que esse sujeito, ao mesmo tempo que forma, é também formado, isto é, o sujeito que produz o hip-hop também é produzido por ele, ou ainda, como dizemos com relação à centralidade ontológica do trabalho na formação do ser humano, o sujeito que trabalha o objeto também é trabalhado por ele.

Uma coisa revela-se como certa, corroborando a nossa hipótese primária: por meio do hip-hop, indivíduos de um determinado extrato social marcado por identidades de raça e classe são formados de modo a adquirir a condição sujeitos políticos com *ethos* próprio, que se expressa nas formas de vivenciar o conteúdo da experiência da vida em sociedade por meio da cultura hip-hop.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, W. P. A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas de dominação social. In: **Revista Ethic@**, Florianópolis, v. 20, n. 2, Ago. 2021, p. 461-488. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/82589>. Acesso em 24. fev. 2022.

ARAÚJO, W. P. Ontologia e política em Hegel: a relação entre o trabalho e a linguagem na

formação da consciência e da vida ética. In: **Problemata International Journal of Philosophy: R. Intern. Fil.**, v. 11, n. 4, 2020, p. 161-175. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/56365>. Acesso em 25. abr. 2022.

BORRI, G. T. **Hip-Hop: Movimento Político-Cultural de Resistência da Juventude da Periferia e sua Inserção nos Sarau**s. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. 2^a edição. São Paulo: Unesp, 2011.

FIALHO, V. **HIP HOP: conceito e história**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

FIALHO, V.; ARALDI, J. **Fazendo RAP na escola. Música na Educação Básica**, Porto Alegre: ABEM, v. 1, n. 1, 2009.

GOMES, S. M. Canto, ritmo e poesia: Uma abordagem sobre o RAP na construção do conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2009**. Curitiba: SEED/PR., 2012. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em 09. jul. 2024. ISBN 978-85-8015-054-4

SEM AUTOR. **Hip-hop origens: das ruas de Nova Iorque para o mundo**. XXVIII Simpósio Nacional de História, ANPUH: Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428429836_ARQUIVO_Textocompletoanpuh07.04.2015.pdf. Acesso em 25. abr. 2022.

NICOLAU, M. F. A. **O conceito de Bildung em Hegel**. Sobral: Sertãoocult; Edições UVA, 2019.

Data da submissão: 30 Ago 2024.

Data do aceite: 01 Dez 2024.

Publicado em 08 Mai 2025.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).